

LUTERO E O SACERDÓCIO UNIVERSAL DO CRENTE

(Luther and the Believer's Universal Priesthood)

Recebido: 27/09/2019

Aprovado: 17/12/2019

Marcelo Amaral Lanfranchi

Mestrando em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Bacharel em Teologia pelo Centro Universitário Claretiano (SP)

E-mail: malanfranchi@yahoo.com.br

RESUMO

Este estudo retrata a evolução do pensamento de Lutero que o levou a conceber o conceito do sacerdócio universal do crente, interpretado pela Igreja Católica Apostólica Romana como uma afronta à hierarquia clerical já estabelecida e consolidada, uma vez que se opunha à autoridade papal e menosprezava a hierarquia e o sacerdócio ministerial. Neste artigo, abordo o contexto histórico e social da Europa e da Alemanha de Lutero, bem como da Igreja Católica de então. Pretendo mostrar que o pensamento de Lutero não veio apenas de um descontentamento com um comportamento que ele atribuiu, exageradamente, a todo o clero e ao próprio Papa, mas a uma situação mais complexa, que envolvia aspectos sociais e econômicos que já estavam mudando toda a estrutura social da Europa e, principalmente, da Alemanha há séculos. Aspectos teológicos bem fundamentados acerca do purgatório e das indulgências, divulgados e utilizados com finalidade econômica por alguns membros do clero e da nobreza, fizeram com que Lutero se sentisse compelido a desenvolver uma teologia que contrastasse com a aceita pela Igreja. Este artigo procura buscar as raízes do pensamento de Lutero que o fizeram questionar a hierarquia eclesiástica.

Palavras-chave: Lutero; Idade Média; História; Igreja; Clero.

ABSTRACT

This study portrays the evolution of Luther's thinking that led him to conceive the believer's universal priesthood concept, interpreted by the Roman Apostolic Catholic Church as an insult to the established clerical hierarchy, as it opposed to the papal authority and despised the hierarchy and the ministerial priesthood. In this article I discuss the historical and social context of Luther's Europe and Germany, as well as the Catholic Church's of that time. I want to show that Luther's thinking came not only from a displeasure with the behavior that he overstatedly attributed to all the clergy and the Pope himself, but to a more complex situation involving social and economic aspects that were already changing the whole social structure in Europe and mainly in Germany for centuries. Substantiated theological aspects of purgatory and indulgences, disseminated and used economically by some members of the clergy and nobility made Luther feel compelled to develop a theology that contrasted with that one accepted by the Church. This article seeks to look for the roots of Luther's thinking that made him ask the ecclesiastical hierarchy.

Keywords: Luther; Middle Age; History; Church; Clergy.

INTRODUÇÃO

Pretende-se, neste texto, mostrar não somente as inquietações de Lutero com a Igreja, mas também as circunstâncias que levaram a um reposicionamento de sua relação com o clero e sua hierarquia, a ponto de descartá-la por completo da vida da sociedade cristã.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o fim da época medieval foi marcado por um momento de crise em todas as camadas da sociedade, passando por tensões políticas e sociais, enfermidades, fome e uma profunda crise religiosa e de valores. Os valores sociais tidos como certezas por séculos estavam sendo ameaçados e ainda não havia alternativas que orientassem a Europa Ocidental.

A crise se manifesta em toda a sua amplitude quando atinge o nível essencial da economia rural. Em 1315-1317 uma série de intempéries traz colheitas ruins, alta de preços, volta da fome geral que quase desaparecera do Ocidente, pelo menos do extremo Ocidente, no século XIII. Em Bruges, duas mil pessoas, de trinta e cinco mil, morrem de fome.

A partir de 1348 a Grande Peste faz cair brutalmente a curva demográfica já descendente e transforma a crise em catástrofe.

No entanto a crise é anterior ao flagelo, que apenas a acentuou, e suas causas devem ser buscadas no próprio âmbito das estruturas econômicas e sociais da Cristandade.

A redução da renda feudal. Os transtornos devidos à parte crescente da moeda nas prestações de contas dos camponeses põem em questão os fundamentos da força dos feudais (LE GOFF, 2016, p. 94).

No século XIV, com o florescimento das cidades, houve uma grande migração de populações rurais para as áreas urbanas, motivando o crescimento de uma economia oriunda de produtos do campo, para uma economia baseada na moeda. A abundância de produtos agrícolas dos séculos anteriores já não existia mais e o que era produzido no campo era insuficiente para alimentar a população. Juntamente com a escassez de produtos alimentícios e a fome, vieram também longas mudanças climáticas, produzindo invernos rigorosos, secas e enchentes, favorecendo a migração para as áreas urbanas. Muitos dos que migraram para as cidades em busca de condições melhores de existência acabaram na miséria, dependendo de trabalhos com renda insuficiente para prover os gastos familiares. Muitos se entregaram à mendicância (cf. LINDBERG, 2017, p. 51). A aglomeração de pessoas e a falta de higiene iriam mais tarde causar um problema ainda maior: a peste, que dizimou grande parte da população da Europa Ocidental.

Acreditava-se no fim do mundo e, não raramente, eram vistas procissões feitas com o intuito de pedir a Deus clemência e perdão pelos pecados da humanidade que estariam causando tanto sofrimento, miséria e morte.

As conseqüentes hordas de flagelados perambulando pela Europa são expressão de como as catástrofes deste mundo, sempre e imediatamente, podiam ser interpretadas como expressão da ação do Deus castigador: aqui estava em ação um Deus próximo, que reagia imediatamente à ação do ser humano (KAUFMANN, 2014, p. 196).

Como se não bastassem a fome e a peste, a Europa sofria com outra enfermidade: as guerras. Era tempo da Guerra dos Cem Anos, entre a Inglaterra e a França (de 1337 a 1453),

travada principalmente em terras francesas, e de várias revoltas camponesas, devido à dura jornada de trabalho imposta pelos senhores feudais. Rebeliões aconteceram na Inglaterra, França, Alemanha, Espanha e Itália. Essa revolta e o sentimento de opressão sofrido pelos camponeses ajudam a explicar a aceitação das ideias de Lutero na Alemanha do século XVI.

1. A IGREJA NOS SÉCULOS XV E XVI

Não se pode atribuir a Reforma a uma única causa, mesmo que religiosa. A Reforma surge devido a uma necessidade histórica (cf. HUBERT, 1972, p. 44). Durante os séculos XV e XVI, o senso crítico das pessoas estava mais desenvolvido e menos tolerante, a mentalidade medieval já não era a mesma, não só no sentido religioso, mas político, social e intelectual. A unidade mantida durante séculos na Europa, sob o comando de uma Igreja forte, já não existia mais. A divisão entre os poderes espirituais e seculares fez da Igreja, por vezes, mais um território governado por seu príncipe, o Papa, o qual tinha que se submeter aos poderes seculares para garantir a sobrevivência e certa influência da Igreja. A autoridade e a cobrança de tributos por parte de Roma já vinham incomodando muito a Igreja na Alemanha, o que facilitou a simpatia dos alemães às ideias de Lutero. Além disso, a identificação da Igreja com o antigo e tradicional encontrou oposição no movimento humanista, que crescia na Europa, questionando também a maneira de pensar.

Indubitavelmente, entre humanismo e Reforma não existe uma ligação de causa e efeito, mas o humanismo condicionou profundamente o mundo europeu no qual as reformas protestante e católica se desenvolveram. Sem o humanismo, as duas reformas não teriam tido a estrutura que de fato adquiriram, lembre-se também que entre os primeiros reformadores protestantes havia alguns humanistas: Zwinglio, Bucer, Melancton e, na segunda geração, o próprio Calvino.

Os elementos comuns ao humanismo e à Reforma são: a acentuação da piedade e da fé pessoal, individual, interior; a crítica à Igreja existente (pelo seu legalismo, farisaísmo, formalismo), em nome de uma Igreja mais espiritual; a ruptura com a escolástica medieval e ao retorno às fontes (Sagrada Escritura), e a sua interpretação no contexto original; as tentativas de reforma da escola e da universidade (Wittenberg, Estrasburgo, Genebra); o uso da imprensa (ZAGHENI, 2011, p. 53-54).

Todos esses fatores se juntaram para que a época fosse propícia para profundas transformações na Igreja (cf. HUBERT, 1972, p. 44-46).

O que se nota, principalmente em Lutero, não é uma indignação em relação aos abusos do alto clero, mas, sim, uma vontade muito forte de abolir o que considera superstições e erros da Igreja em relação à doutrina e à liturgia, assim como o descaso do magistério em relação a assuntos de fé.

Na realidade, em numerosos textos nós os vemos preocupados não em arrancar males morais e em melhorar a disciplina decaída, mas em extirpar tudo o que lhes parecesse superstição. Lembremo-nos de Guilherme Farel, que, encabeçando bandos armados, assaltava as igrejas, não para punir os párocos por causa de sua imoralidade, mas para lhe tirar das mãos a hóstia consagrada, visando pôr um fim à fé na presença real (MARTINA, 2014, p. 53).

O proposto pela Reforma seria uma volta às origens do cristianismo, sem aquilo que eram vistas pelos reformadores como superstições ou alterações na fé produzidas pelo Magistério da Igreja, como alguns sacramentos e o sacrifício da missa (vale lembrar que, mesmo se opondo a isso, Lutero manteve alguns sacramentos e o culto dominical). A Igreja Católica Romana havia se distanciado do autêntico cristianismo, segundo os protestantes (cf. HUBERT, 1972, p. 44-45).

Como afirma Martina (2014, p. 53-54):

De acordo com os protestantes, os reformadores quiseram, portanto, evocar o genuíno e autêntico sentido do cristianismo, do qual a Igreja romana há tempo se separara. [...] Lutero, se, de um lado, de palavra, não quer se separar da Igreja, de outro, na realidade, quer uma transformação, uma recusa de pontos essenciais da doutrina católica, como o primado, a justificação entendida no sentido tradicional, o sacrifício da Missa, etc. Não se tratava, portanto, de uma reforma moral ou administrativa.

A forma como estavam sendo divulgadas as indulgências, principalmente na Alemanha, causou indignação em Lutero e, conseqüentemente, no povo alemão que não mais admitia enviar dinheiro a Roma. Contudo, Lutero não se posicionou contra a doutrina das indulgências (até hoje, mantendo válido seu caráter salvífico) e, inicialmente, não pretendia se separar da Igreja, mas era contra a forma como a necessidade e cobrança das indulgências estavam sendo pregadas. Tomou uma posição firme e se propôs a debater o assunto com a Igreja. Segundo a maioria dos historiadores, aí tem início a Reforma Protestante.

1.1 EUROPA E ALEMANHA

A Europa já vinha passando por mudanças em sua estrutura social e econômica desde o século XIII. Juntamente com a fartura e aquecimento das atividades comerciais produzida nos séculos XII e XIII, houve também um aumento populacional que posteriormente prejudicou o abastecimento da população, causando um movimento migratório para os centros urbanos. Essa migração acabou modificando a economia que se baseava no trabalho rural, em uma economia monetária. Assim, em consequência do aumento populacional, sem emprego suficiente e sem estrutura social para a população nos centros urbanos, a maioria das pessoas que conseguia emprego trabalhava em péssimas condições e com baixos salários, normalmente insuficientes para manter as condições mínimas de subsistência da família. A miséria e a fome não eram exceções.

Juntamente com a fome e agravando o problema, vieram condições climáticas desfavoráveis. Segundo Lindberg (2017, p. 51):

Por volta do ano de 1320, quase todo o norte da Europa estava sofrendo de fome, precipitada e disseminada por uma série de safras perdidas em decorrência de um clima excepcionalmente ruim. Crônicas da época listam sucessivas enchentes, invernos rigorosos e secas severas. No sul da França, chuvas inundaram a região de Provença em 1307-8 e em 1315.

A fome, a miséria e a falta de higiene, devido ao excesso populacional nos centros urbanos, trouxeram outros problemas: doenças pulmonares, febre tifoide, sífilis e,

principalmente, uma terrível doença que dizimou cerca de um terço da população da Europa, a peste negra.

Todos esses desastres tiveram um efeito desmoralizador na Igreja e na cultura cristã em geral. Os efeitos da peste Negra, por exemplo, no clero e nas ordens religiosas, foram sérios e extensos, uma vez que reduziu, ao mesmo tempo, o número de clérigos e enfraqueceu a disciplina eclesiástica. (DAWSON, 2014, p. 65)

O comércio marítimo com o oriente trouxe consigo uma doença vinda da Ásia. A população fraca, mal nutrida e com péssimas condições de higiene, além da alta população nos centros urbanos, fizeram com que a peste que chegou à Sicília, sul da Itália em 1347, se alastrasse, em menos de dois anos, pela Alemanha, França, Inglaterra e praticamente toda a Europa, causando a morte de quase um terço da população.

Os sintomas da doença, tosse, febre alta, os bulbos, a dor aguda, alteração na cor da pele, vômito com sangue, manchas escuras pelo corpo e delírio, bem como o óbito em poucos dias ou até mesmo em horas, formavam um espetáculo de horror vivido por quem presenciasse a evolução da doença. Além disso, o terrível odor exalado pelo suor, saliva e respiração tornava a convivência com o doente insuportável.

Até cantigas infantis refletiam horror, como sugerido pela rima *Ring Around The Rosey* (Anel em volta da rosa). A “rosa” era o “anel” avermelhado que precedia as manchas na pele; *pocket full of posies* (um bolso cheio de buquês) se refere ao uso de flores para mascarar o odor e, supostamente, prevenir infecção; *ashes, ashes* (cinzas, cinzas) é a abreviação de *ashes to ashes, dust to dust* (de cinza a cinza, de pó a pó); e *we all fall down* (todos caímos) é o resultado inevitável. Diversas vezes houve pânico, comportamento bizarro e projeção de culpa e medo em outros (LINDBERG, 2017, p. 53).

Quem sobrevivia à peste acabava se sentindo amaldiçoado e abandonado. Presenciar a morte, sem a possibilidade da confissão e do justo arrependimento, fortaleceu a doutrina do purgatório (Concílio de Florença, de 1438 a 1445, e de Trento, de 1545 a 1563) e as missas pelos defuntos.

O comportamento e os sentimentos do homem medieval frente a todos esses problemas se estabeleceram, buscando respostas para uma vida cheia de incertezas.

O que domina a mentalidade e a sensibilidade dos homens da Idade Média, o que determina o essencial de suas atitudes é o sentimento de sua insegurança. Insegurança material e moral para a qual, segundo a Igreja, como vimos, só há um remédio: apoiar-se na solidariedade do grupo, das comunidades da qual se faz parte, evitar a ruptura dessa solidariedade, pela ambição ou pela degradação. Insegurança fundamental que é, decididamente, a da vida futura que não é assegurada para ninguém e que as boas obras e a boa conduta jamais garantem completamente (LE GOFF, 2016, p. 315).

O medo da morte, a insegurança religiosa, a fome, a exploração dos camponeses e as guerras trouxeram consigo, para o período da Reforma, um ambiente propício a uma busca por uma autoridade forte que pudesse garantir um novo futuro, não só para o povo, mas para

toda uma sociedade que não sentia mais a tranquilidade e firmeza do controle da Igreja Católica (cf. DAWSON, 2014, p. 117).

1.2 IGREJA E O PODER PAPAL NO RENASCIMENTO

O Concílio de Basiléia, convocado por Martinho V, em 1431, e aberto por Eugênio IV, confirmou os decretos de Constança que afirmavam a superioridade do Concílio sobre o poder do Papa, quando este fosse considerado herético ou responsável pela separação da Igreja. Eugênio IV, prevendo o resultado e com o intuito de controlar o Concílio, tentou, sem sucesso, transferi-lo para Bolonha. Após ter sido transferido para Ferrara e, posteriormente, para Florença, houve forte oposição dos padres de Basileia, resultando em um cisma e na excomunhão de Eugênio IV. Em Florença, foram definidos a processão do Espírito Santo, a existência do purgatório (fundamental para as indulgências que posteriormente seriam combatidas por Lutero) e a jurisdição do Papa sobre toda a Igreja (cf. MARTINA, 2014, p. 53).

Contudo, o prestígio da autoridade papal diminuiu perante o povo e muitos soberanos se aproveitaram para conseguir da Igreja substanciais “contribuições” para manter sua fidelidade e obediência à instituição (cf. ZAGHENI, 2011, p. 28). Na Alemanha, as críticas com relação a Roma se intensificaram e os príncipes passaram a cobrar tributos sobre os bens da Igreja em seus territórios e consideraram exageradas as somas em dinheiro que deixavam a Alemanha para favorecer a Igreja Romana.

Entretanto, a gravidade da crise religiosa entre o povo não estava atrelada, necessariamente, à disputa do poder econômico e político entre Roma e a nobreza, mas à busca da ideia de Agostinho, que afirmava que a sociedade humana estava sujeita à vontade de Deus (a Cidade de Deus). Ser membro da Igreja dava ao povo o conforto e a certeza de estar sob os desígnios divinos, de não pertencer simplesmente a uma sociedade qualquer, mas pertencer à sociedade regida por Deus. Assim, a perda da credibilidade em elementos do clero poderia colocar abaixo todo o sistema religioso e a estrutura social da época. O papado do Renascimento não era necessariamente um exemplo de santidade, uma vez que estava se tornando apenas mais uma corte renascentista e o Papa, meramente um príncipe italiano preocupado com seu erário e com a defesa de seus territórios. As atividades pastorais pareciam ser de segunda importância, ou de nenhuma importância. Segundo Martina (2014, p. 89):

...a cúria vivia num faustoso luxo: cada cardeal tinha sua suntuosa corte, com palácios e casas de campo dentro e fora de Roma. Esse nível de vida exigia muitas despesas, às quais se fazia frente por meio variados expedientes: acúmulo de benefícios (os cardeais tinham muitas vezes o governo de várias dioceses, das quais estavam habitualmente afastados); venda de cargos, que chegou ao auge sob Inocêncio VIII; aumentos de impostos e concessões de indulgências com fins lucrativos. E, naturalmente, o sistema continuava por todos os níveis da série: os que compravam os cargos se ressarciam das despesas à custa de seus clientes, vendendo bulas e falsificando numerosos documentos. Sarcasticamente se dizia em Roma: “O Senhor não quer a morte do pecador, mas que viva e pague”. Nem mesmo nessa época, é verdade, faltavam ao povo verdadeiros santos... o mau exemplo vinha de cima.

Com a obsessão pelo poder e envolvimento em corrupção, características comuns entre os Papas do Renascimento, bem como seu comportamento ora belicoso, ora sexualmente promíscuo, já não havia mais dúvidas se a igreja deveria ser reformada, mas quando isso ocorreria.

O que mantinha viva a Igreja era a piedade popular e o catolicismo praticado longe dos grandes centros e dos poderosos. Ali vivia a Igreja que conectava o homem simples a Deus. Se não fosse assim, a própria educação e formação religiosa de Lutero teriam sido completamente diferentes.

1.3 O PURGATÓRIO E OS SUFRÁGIOS

O Catecismo da Igreja Católica afirma que os fiéis podem obter para si e para as almas dos defuntos a remissão das penas temporais, devidas aos pecados praticados. Nas Sagradas Escrituras (2Mc 12,43-46), Judas Macabeu pede que ofereçam um sacrifício em favor dos mortos pela sua purificação, de modo que a oração pelos defuntos já estava inserida na fé dos judeus e posteriormente dos cristãos, desde longa data. Cria-se na purificação dos eleitos, mesmo após a morte, de modo que haveria um estado entre o inferno e o Paraíso, que seria chamado de purgatório, no qual o pecador poderia expiar seus pecados para que, purificado, pudesse chegar à visão beatífica de Deus. A crença de uma vida anterior ao Paraíso, na qual pudesse haver perdão, também fora confirmada no Evangelho de Mateus: “Mesmo se alguém falar uma palavra contra o Filho do Homem, lhe será perdoada. Mas, se falar contra o Espírito Santo, não será perdoado, nem neste mundo, nem no mundo que há de vir” (Mt 12,32). Assim, a oração pelos mortos, bem como as esmolas, as obras de penitência em favor dos defuntos e as indulgências eram altamente recomendados pela Igreja, desde seu início.

Entre os séculos IV e IX, o que mais contribuiu para o nascimento da ideia de purgatório foi a prática das preces pelos mortos, assim como as esmolas e missas. No entanto, o conceito de purgatório ainda não se encontrava bem desenvolvido e só teria sua doutrina formulada nos Concílios de Florença (1431, transferido para Ferrara em 1438) e, posteriormente, de Trento (1545-1563). Le Goff (2017, p. 187) afirma que:

A terceira via a ser explorada no caminho do purgatório é a da liturgia. Talvez seja ao mesmo tempo a mais decepcionante e a mais rica da preparação para a nova crença. De um lado, não há nada ou quase nada que faça alusão à remissão dos pecados depois da morte, mas, de outro, a evolução no fervor dos vivos para rezar pelos mortos cria estruturas de recepção para o purgatório.

Viu-se na epígrafe funerária a preocupação dos cristãos pelos mortos. Reencontra-se essa preocupação na liturgia, mas o que se pede para os defuntos é, se não o paraíso imediatamente, pelo menos a espera tranquila e a promessa da vida futura. As noções que melhor correspondem a esses desejos são as do *refrigerium* (refrigério) e o seio de Abraão. A fórmula mais comum será a do “lugar de refrigério, de luz e de paz”.

O sucesso das orações e missas que a Igreja dedicava aos mortos era baseado na ideia de que a Igreja teria um “saldo” de boas obras e santidade acumulado pelos atos de Cristo, dos Santos e dos Mártires (*thesaurus ecclesiae*), que poderia ser usado em favor dos defuntos. Sobre o contexto do purgatório no século XI, diz Barret (2017, p. 73):

Alexandre de Hales (c. 1185-1245) deu um passo à frente, sendo o primeiro homem a escrever um comentário sobre as *Sentenças* de Pedro Lombardo e o primeiro professor a usá-las como seu principal texto teológico. Em sua interpretação de *Sentenças* 4.21m expôs a teoria penitencial de Lombardo no contexto do purgatório, apresentando os seguintes pontos:

1. O purgatório é um fogo que queima os pecados veniais.
2. O purgatório limpa as punições dos pecados mortais que não forem suficientemente pagos.
3. O purgatório é mais severo do que qualquer punição terrena.
4. O purgatório não é um castigo injusto ou desproporcional.
5. O purgatório é um lugar de fé e esperança, mas sem a visão celestial de Deus.
6. Quase ninguém é bom o suficiente para escapar da necessidade de passar pelo purgatório.

Assim, o purgatório, bem como os sufrágios pelos mortos se consolidam a partir do século XIII, não somente na teoria, na doutrina, mas também na pregação e na literatura em língua vulgar, para melhor compreensão e aceitação do cristão leigo. A doutrina por trás da ideia do purgatório tornava clara a ideia da piedade divina, que não condenava eternamente todo e qualquer cristão, por definição um pecador. Porém, juntamente com a preocupação dos piedosos pelos seus mortos e a crença na salvação, o amadurecimento da ideia das indulgências daria margem a alguns exageros que colocariam em dúvida a bondade e a boa-fé dos que as incentivavam.

2. A TEOLOGIA DE LUTERO

A educação de Lutero e sua incessante busca pela salvação o levaram da pequena Eisleben, local de seu nascimento, até Wittemberg, onde, como sacerdote e professor, começou a pregar e refletir sobre suas leituras do Novo Testamento. Mostrou ser um incansável pensador, que buscava nas Escrituras fundamentos para as suas afirmações, e procurou, por toda a sua vida, fundamentar muito bem suas ideias, mesmo entrando em conflito com o Magistério da Igreja e com suas tradições.

Surpreendentemente, apesar de seu zelo pela vida religiosa, a luta de Lutero não foi contra os desmandos e o modo de vida do papado e do clero, que não condiziam com o discurso da Igreja, mas contra certas práticas que julgava serem superstições, como a missa e os sacramentos. Porém, o estopim de seu inconformismo foram os abusos nas indulgências, principalmente a pregação de Johann Teztel (1465-1519) na cúria de Alberto de Brandemburgo (1490-1545), arcebispo de Mainz, que tinha como finalidade suprir as necessidades financeiras dessa cúria (cf. DAWSON, 2014, p. 117).

Suas críticas à Igreja de Roma e a defesa do sentimento do povo alemão se revelaram antes de seu definitivo afastamento, iniciando com os escritos *À Nobreza Cristã da Nação Alemã*, *Do Cativo Babilônico da Igreja* e *Da Liberdade do Cristão*.

Nesses escritos, Lutero (2017, p. 94) afirma que “... na verdade, não há diferença entre leigos, padres e bispos, ou entre ‘espirituais’ e ‘seculares’, como os denominam, exceto o ofício e a ocupação, mas não a ‘classe’, pois todos pertencem à mesma classe...”, concluindo que, na sociedade, cada um tem seu ofício e sua posição, porém, perante Cristo, todos os batizados são seus sacerdotes. Os pastores e mestres têm apenas a autoridade da palavra, mas todo cristão tem o poder e dever de julgar o ensinamento e o rejeitar, caso não esteja de acordo com as Escrituras. Com isso, Lutero não quis, em momento algum, afirmar que cada

cristão é seu próprio sacerdote, mas que cada cristão tem o dever de evangelizar e que aquilo que o separa de um sacerdote ou ministro é seu ofício de evangelizar. Dessa maneira, somos todos sacerdotes, uns dos outros, e um ministro, mais estudado nas Escrituras, tem o dever de orientar os cristãos na palavra. Dessa maneira, Lutero rompe com a divisão de classes adotada pela Igreja Católica entre clero e laicato. Assim, os ofícios cristãos deixariam de ser privilégio de uma classe especial, os sacerdotes, para ser dever de todo cristão. Cada cristão tem o dever de ser sacerdote de seu irmão e por ele interceder, de modo que Lutero acaba definindo a Igreja de Cristo como uma comunidade de santos, uma só santa família, em Cristo Jesus.

2.1 MARTIN LUDER

Martinho Lutero (Martin Luder) nasceu em Eisleben, Alemanha, em 10 de novembro de 1483, filho de Hans Luder e Margarete Lindermann. Os professores de Lutero eram severos e exigentes, não raramente castigando os alunos com surras de vara. Talvez a disciplina rígida que o pequeno Martin recebeu de seus pais e professores tenha feito com que o jovem passasse a ver Deus como uma figura paterna e também severa, influenciando sua incessante busca pela salvação.

No início do verão de 1505, Lutero começou seus estudos na faculdade de artes da Universidade de Erfurt e, após quatro anos, tornou-se *Magister Artium*, Mestre em Artes. Na universidade, Lutero passava a maior parte de seu tempo na biblioteca. Seu contato com os humanistas de Erfurt e seus estudos da literatura clássica o levaram a afirmar que era fundamental a aproximação filológica do texto para sua melhor compreensão. Muito provavelmente essa sua afirmação sobre o texto o tenha levado ao estudo do hebraico e do grego, contribuindo posteriormente para seu estudo bíblico (cf. KAUFMANN, 2014, p. 247).

Em Erfurt, assim afirma, teria tido, pela primeira vez, uma Bíblia em suas mãos e... dado uma olhadinha. Seus biógrafos afirmam que ela estava acorrentada e aproveitaram a deixa para atestar que ele teria libertado a Escritura de seus grilhões. A afirmação carece de objetividade: o valor de uma Bíblia de Gutenberg equivalia a uma junta de bois. Caso fosse roubada, o prejuízo seria grande. O jeito era acorrentá-la (DREHER, 2017, p. 27).

Após tornar-se Mestre em Artes, escolheu, para a alegria de seu pai, o estudo de Direito e, não, de Teologia. Mas, após um mês de estudos na área de Direito, quando voltava a pé para a casa de seus pais, em 2 de junho de 1505, desesperado com uma tempestade, após um raio quase o atingir, prometeu a Santa Ana, santa muito popular de sua região naquela época, que, se fosse salvo dessa tempestade, se tornaria monge. Cumpriu sua promessa e, para decepção de seu pai, ingressou no mosteiro agostiniano de Erfurt.

Em 17 de julho, Lutero, após abandonar seus estudos em direito, ingressa no mosteiro agostiniano de Erfurt. Após ter sido ordenado sacerdote, foi enviado a Wittenberg, como professor de filosofia e moral. Deixou para trás a rica e próspera cidade de Erfurt, para uma cidade pequena e sem prestígio nenhum.

A universidade fundada há poucos anos tinha parte considerável de seus professores pertencente aos agostinianos. Tinham voto de pobreza e, por isso, eram “baratos”. Luder passou a residir no mosteiro de Wittenberg e ali permaneceu até o fim de seus dias. A “Universidade” não era lá essas coisas. É verdade que tinha 22 professores, mas a maioria não teria condições de

atuar em universidades de nossos dias. Os estudantes não passavam de 200, muitos deles quase pré-adolescentes (DREHER, 2017, p. 52).

Utilizando-se das ferramentas linguísticas que dispunha das leituras dos humanistas, Lutero passou a entender que a salvação não está ligada ao homem, às suas virtudes ou obras. Jamais seria salvo se assim fosse. Essa mudança radical de entendimento, afirmando agora que a salvação era dom de Deus, por intermédio do martírio e da cruz de Jesus, Seu Filho que morreu por nós, e que não se dava por meio das ações humanas, mudou toda a sua concepção de teologia e estudos bíblicos, descartando totalmente o pensamento aristotélico e colocando, em seu lugar, a Bíblia como única autoridade. Isso contrariava o pensamento de sua época, os ensinamentos catequéticos e jogava por terra o Magistério e a Tradição católica.

Para Lutero, o pecado está nas paixões, para o catolicismo, o pecado está na vontade – no ato de escolha. Em termos freudianos, o pecado de Lutero é libido, o pecado dos católicos é ego. Daí derivam inúmeras consequências. Do ponto de vista luterano, a conclusão que se segue é a de que como ninguém é totalmente despidido de paixões (muito menos tipos essencialmente passionais como Lutero), não pode haver liberdade do pecado neste mundo. O homem nasce e morre na iniquidade. O máximo que pode alcançar é a certeza de que isso não será computado contra ele – que o sofrimento redentor de Cristo tudo abarca. Consequentemente, a justiça é só *imputada*: eis o conceito luterano que se tornou o centro da controvérsia (DAWSON, 2014, p. 115).

Segundo os pensamentos de Aristóteles, “semelhante é conhecido por semelhante”, o que, aplicado à teologia, levava à afirmação de que, como Deus é Santo, para sermos reconhecidos por Ele, também devemos ser santos. Dessa maneira, o homem precisava de virtudes para chegar aos céus. Dessa maneira, para ser santo, o homem precisa praticar boas ações e receber os dons de Deus por intermédio dos sacramentos. Mas como é possível saber se estamos perto de Deus, da salvação? Para Lutero, isso seria impossível, a não ser por uma intervenção divina. E essa intervenção divina já houvera acontecido por intermédio da morte e ressurreição de Cristo.

Lutero atribuiu importância decisiva a uma improvisa iluminação que teria tido, talvez em 1517 quando, estando em seu quarto, num setor do convento em forma de torre (daí o nome dado ao episódio, *Turmerlebnis*, experiência da torre). Meditava sobre o trecho da carta aos Romanos 1,17: “Porque como está escrito: O justo viverá pela fé!” (MARTINA, 2014, p. 125).

Somente a graça de Deus nos salvaria. Afinal, segundo Rm 1,17, “O justo viverá pela fé” e, em Rm 3,25, “É ele que Deus destinou a ser, por seu próprio sangue, instrumento de expiação mediante a fé. Assim, Deus demonstrou sua justiça, deixando sem castigo os pecados cometidos outrora, no tempo de sua tolerância”.

Meditando sobre a graça e fé, Lutero propõe que a salvação não depende do homem e de suas ações, não há nada que se possa fazer que venha a contribuir para a salvação, somente a fé, somente a graça salva. *Sola Fide, Sola Gratia*. E o cristianismo começa mais uma importante página de sua história.

2.2 AS INDULGÊNCIAS

As indulgências surgiram a partir do conceito das penitências. Assim como o batismo integrava o cristão ao seio da Igreja, o sacramento da penitência o reintegrava após uma ruptura causada pelo pecado. O medo de que pequenos delitos afastassem o fiel da Igreja fez com que o sacramento da penitência fosse interpretado como o último recurso rumo à salvação (cf. LINDBERG, 2017, p. 100).

Para o alívio da culpa de cristãos no começo da Igreja, era comum a prática de, à beira da morte, pedir a intercessão de mártires. Acreditava-se que essa intercessão era eficiente no alívio da culpa pelo pecado. A fundamentação teológica só veio por volta do século XII, por intermédio de teólogos como Huguccio e Hugo de San Caro, com a doutrina do *Thesaurus Ecclesiae*, tesouro esse que era formado pelos méritos acumulados pelos monges, mártires e santos durante a história e dos quais a Igreja poderia dispor em favor dos penitentes. Dessa maneira, a concessão das indulgências seria atributo exclusivo dos Papas que detinham as chaves da Igreja (cf. HUBERT, 1972, p. 93).

A prática das indulgências se alastrou e, a partir do século XIII, surgiram também as indulgências pelos fiéis defuntos, corroboradas por teólogos e canonistas. A mentalidade popular, induzida por alguns pregadores, distorcia o significado de indulgência (remissão da penalidade temporal imposta pela Igreja por causa do pecado) como um bilhete de entrada para o céu (cf. *ibidem*, p. 102).

Percebendo a rentabilidade da venda das indulgências, a nobreza (principalmente a nobreza alemã) resolveu tomar parte na sua arrecadação, proibindo a prática em seus territórios, caso nada recebessem, ou oferecendo facilidades quando tomavam parte nos lucros. Até mesmo o Duque Jorge da Saxônia, inimigo público de Lutero, proibiu a venda de indulgência em seu território por não conseguir um acordo financeiro que o satisfizesse (cf. *ibidem*, p. 96).

A pregação das indulgências se transformou assim num grande negócio comercial no qual envolveram-se diversas pessoas: Alberto de Brandemburgo (que podia reter cerca de metade da renda conseguida com as ofertas), os Függer (que deviam recuperar o empréstimo com juros), o papa (para a Basílica de São Pedro), e até o Imperador (que reservara 2143 florins para o próprio caixa) (ZAGHENI, 2011, p. 73).

O dominicano Johannes Tetzel (1465-1519) foi um exímio vendedor de indulgências, oferecendo a passagem para o céu, inclusive para os mortos no purgatório. Tetzel ensinava corretamente que a indulgência é remissão apenas da pena imposta pela Igreja, mas nem sempre se mantinha dentro da ortodoxia, exagerando no alcance das indulgências. Uma frase sua, muito usada e conhecida na época, era: “mal a moeda cai na caixa de esmolas, a alma é libertada do Purgatório” (MARTINA, 2014, p. 131). Tetzel obteve muito sucesso e era procurado por fiéis nas cidades em que adentrava. Sua entrada em uma cidade era algo grandioso: algumas semanas antes, já era anunciada sua chegada, que era cheia de pompa, com trombetas, tambores, bandeiras e um grande cortejo. Seus sermões, nas praças e igrejas, versavam sobre a dor dos parentes mortos pagando seus pecados no purgatório e pedindo pela intercessão dos vivos. Salientava o quanto seria piedoso, por parte do povo, ajudar seus mortos e isso poderia ser feito com missas, intercessões e, principalmente, indulgências (cf. LINDBERG, 2017, p. 102).

A quantia em dinheiro a ser oferecida, para se enquadrar nessa última disposição, era minuciosamente estabelecida, tomando-se por base os bens que o ofertante possuía: 25 ducados para os muito ricos, 3 para os ricos, 1 ducado para os artesãos, meio ducado para os artesãos pobres e para os lavradores; os pobres não precisavam doar nada, mas deviam oferecer preces e jejuns (ZAGHENI, 2011, p. 74).

No início, Lutero pregava com prudência por não saber exatamente no que consistiam as indulgências e pela pouca informação que tinha de sua comercialização. Depois de tomar conhecimento, começou a pregar fervorosamente contra as indulgências, pela verdadeira penitência e conversão. Em seu tratado *De Indulgentiis*, Lutero afirma que a indulgência trata unicamente da remissão da pena aplicada pela Igreja ao penitente, pelo seu confessor, não diminuindo a culpa perante Deus e nem a ação de sua Graça. Sendo assim, a culpa seria afetada somente por uma verdadeira e sincera conversão, com o desapego do pecado. Dessa maneira, não é possível se redimir somente com indulgências. Lutero atribuiu as pregações de Tetzel, inicialmente, às convicções pessoais deste. Porém, ao tomar conhecimento da *Instructio Summaria* do arcebispo de Mogúncia a respeito das indulgências, percebeu que Tetzel pregava segundo instruções oficiais da Igreja (cf. HUBERT, 1972, p. 100). A ação de Tetzel nos arredores de sua comunidade e o conteúdo da *Instructio Summaria* só vieram a fortalecer sua convicção dos erros que estavam sendo pregados e o levaram a elaborar as 95 teses, nas quais tratou mais especificamente das indulgências, sugerindo uma discussão acadêmica a respeito do assunto.

2.3 AS 95 TESES E AS 5 SOLAS

Segundo a tradição, Lutero teria afixado suas 95 teses sobre as indulgências nas portas da Igreja de Wittenberg na véspera do Dia de Todos os Santos (dia 31 de outubro) de 1517. Porém, muitos autores condenam essa ideia, já que quem a divulgou foi Melancton, em seus escritos de 1546. Ocorre que Melancton só chegou a Wittenberg em 1518, após a divulgação das 95 teses. Lutero as enviou aos bispos imediatamente interessados para que houvesse um debate acadêmico. Eram teses acadêmicas, redigidas com o propósito de gerar debates sobre seus temas.

Sua intenção já pode ser sentida na introdução:

Por amor à verdade e no empenho de sondá-la, as seguintes proposições deverão ser discutidas em Wittenberg, sob a presidência do digníssimo padre Martinho Lutero, Mestre das Artes e da santa Teologia e catedrático dessa disciplina nessa localidade. Portanto, ele solicita que os que não puderem estar presentes para debater conosco oralmente o façam, mesmo que ausentes, por escrito. Em nome do nosso Senhor Jesus Cristo, amém. (LUTERO, 2017, p. 39)

A introdução às 95 teses mostra claramente que a intenção não era afrontar a Igreja ou o Papa, mas, sim, promover um debate acerca de assuntos que Lutero condenava, por achar que não eram apropriados à Igreja e a seus fiéis, que buscavam salvação com a compra de indulgências. Em seu texto, ele afirma que a remissão da culpa cabe somente a Deus, após se apresentar em confissão a um sacerdote.

O papa não quer nem pode absolver pena alguma, com exceção daquela que ele mesmo impôs, seja por arbítrio próprio, seja por meio de cânones (tese 5). [...] Deus não perdoa a culpa de ninguém, sem que ao mesmo tempo o subordine, em total humildade, ao sacerdote, seu vigário (tese 7). [...] Portanto, os pregadores de indulgências erram ao dizerem que, mediante a indulgência do papa, o homem é perdoado e liberto de todas as penas (tese 21). [...] Com efeito, o papa não dispensa as almas do purgatório de uma única pena que segundo os cânones deveria ter sido paga nesta vida (tese 22). [...] Todo cristão que se arrepende verdadeiramente recebe pleno perdão da pena e da culpa, mesmo sem carta de indulgência. (tese 36) (LUTERO, 2017, p. 40-43)

Lutero, assim, combate os exageros das indulgências e das remissões de culpas pregadas para fomentar suas vendas, confirmando a necessidade da confissão e do verdadeiro arrependimento, não admitindo uma correlação entre as penas eclesiásticas e as determinadas por Deus, mantendo-se dentro da teologia de então, que era nominalista e dizia que nem mesmo a absolvição sacramental seria capaz de apagar a culpa e a pena eterna, apagaria somente as já cometidas e perdoadas. Lutero separa a ação do humano, mesmo eclesiástico, da ação divina. Para ele, Deus tomaria o trabalho da Igreja como uma ação humana saudável por Ele regida (cf. HUBERT, 1972, p. 103).

Ainda assim, Lutero não rejeita por completo a indulgência como forma de perdão das penas aplicadas pela Igreja, “Por isso, quando o papa declara ‘pleno perdão de todas as penas’, ele simplesmente não está se referindo a todas, mas apenas àquelas que ele mesmo impôs (tese 20)” (LUTERO, 2017, p. 41).

O texto, apenas parcialmente homogêneo, não pode ser considerado um documento estritamente reformador, embora resplandeçam nele traços fundamentais de sua nova teologia, como na questão da autoridade eclesiástica, que é claramente relativizada, mas também na acentuação da obra salvífica de Cristo. É possível falar de uma maciça redução da atual doutrina da indulgência que, em si, como o mostram os eventos seguintes, continha material explosivo, que detonou na evolução desse pensamento. Lutero explicou as teses em 1518 numa breve pregação, o *Sermão sobre indulgência e graça* (*Sermon von Ablass und Gnade*), bem como, detalhadamente, para o Papa Leão X nas *Resolutiones disputationarum de indulgentiarum virtute*, naquele mesmo ano. Mas então já havia se iniciado uma evolução que trouxe admiráveis consequências (KAUFMANN, 2014, p. 256).

Aparentemente a preocupação de Lutero era pastoral, afinal alertou Albrecht von Brandenburg, supondo que Teztel estava corrompendo e abusando da autoridade da Igreja a ele outorgada como pregador das indulgências. Em sua carta, que julgou ser um dos documentos mais importantes de sua vida, pede que sejam feitas correções aos pregadores de indulgências.

A formulação da carta é cuidadosa. Menciona todos os títulos do arcebispo e não se cansa de acentuar a indignidade do missivista, que “tem o dever de temer a seu Senhor e Pastor em Cristo”. Diz ter vacilado muito tempo, mas que agora sua consciência o estava impelindo. Relata o que ouviu e afirma, expressamente, não ter ouvido os sermões de Tetzl. Preocupa-se, porém, com o fato que muitas pessoas foram induzidas ao erro pelos sermões e

imaginaram falsidades. “Com tais ensinamentos, as pobres almas que estão sob tua proteção, amado pai, são levadas à morte.” Exalta-se e vai além da humildade contida nas formulações introdutórias e concluintes da carta: o arcebispo terá que prestar contas do desastre que está acontecendo. Anexa suas teses e menciona os pontos principais (DREHER, 2017. p. 88).

Leão X, de início, pareceu não se incomodar muito com os escritos de um pequeno monge e os enviou ao teólogo dominicano Silvestro Mazzolini, conhecido como Prierias, que rebateu as 95 teses formulando um documento resposta (*In praesumptuosas Martinii Lutheri conclusiones de potestate papae dialogus*) e chamando Lutero de herege (cf. LINDBERG, 2017, p. 103). De início, Lutero nada temeu, pois não via em suas teses um ataque direto à Igreja.

Apesar de não ver problemas nenhum em suas teses e de não dar muita importância à resposta de Prierias, Lutero foi intimado a comparecer a Roma em um prazo de 60 dias para se defender da acusação de heresia. Contudo, devido a problemas políticos envolvendo o Papa Leão X e sua vontade de impressionar príncipes seculares com o objetivo de finalizar as obras da Basílica de São Pedro, Lutero escapa de uma condenação mais rigorosa, como foi a de Jan Huss (cf. LINDBERG, 2017, p. 106).

Lutero, por intermédio de seu protetor, o príncipe Frederico III, fundador da Universidade de Wittenberg, conseguiu ser ouvido pelo Cardeal dominicano Caetano, em Augsburg. Porém, ao contrário do que pensava Lutero, que queria um debate, Caetano veio com a missão de conseguir retratação da parte de Lutero, o que acabou não acontecendo. Lutero recorre ao Papa e acaba, posteriormente, sendo confrontado por João Eck, vice-chanceler da Universidade de Ingolstadt. Com os ânimos acirrados, as posições de Lutero acabam se definindo (como a falibilidade papal e a Sola Scriptura). Finalmente, em 15 de junho de 1520, a bula de Leão X *Exurge Domine* reconhece como válidas 54 teses e exige que Lutero se retrate das outras 41 teses. Lutero queima publicamente a bula e definitivamente se opõe à Igreja Católica.

2.4 O SACERDÓCIO UNIVERSAL DO CRENTE

A Igreja, segundo Lutero, não está sujeita ao comando e direção do Papa. mas pertence somente a Cristo, que é a cabeça de sua Igreja invisível, formada por todos os seus membros. Essa Igreja não deve se apresentar como uma sociedade civil com direitos legais, mas deve ser entendida como uma comunidade existente unicamente devido à fé em Cristo Jesus (cf. KAUFMANN, 2014, p. 268).

Em seu escrito mais polêmico, *À Nobreza Cristã da Nação Alemã Acerca da Reforma do Estado Cristão*, Lutero questiona o poder eclesiástico, o direito exclusivo do Papa e do magistério da Igreja de interpretar as Escrituras e a convocação de concílios unicamente pelo Papa. Diz Lutero:

Para abater o primeiro obstáculo, basta proclamar a doutrina do “sacerdócio universal” de onde todos os cristãos, negando que existam dois “estados”, o espiritual e o mundano, pois existe apenas um, o espiritual, e por isso todos são iguais e todos são papa, bispo e sacerdote. A única distinção possível é a das funções, que são determinadas pela comunidade que elege o próprio pároco (bispo) e o encarrega da função sacerdotal (pregação e sacramentos),

com a prerrogativa de poder depô-lo, se ele se mostrar indigno (ZAGHENI, 2011, p. 82).

Lutero se coloca contra a hierarquia da Igreja e afirma que a Igreja deveria ser formada por grupos de cristãos que se encontrariam para estudo da Palavra, oração e apoio mútuo. Com isso, Lutero não sugere o fim dos Ministros da Palavra (que pregariam as Escrituras e administrariam os sacramentos). Afirma que esses seriam fundamentais para o desenvolvimento e fortalecimento da fé (cf. BARRET, 2017, p. 511), porém seriam escolhidos dentre os membros da comunidade, para esse ofício específico. Segundo Bayer (2007, p. 186-187), assim se entende o ministério da Palavra, em Lutero:

Do ministério da palavra, que funda a igreja, fala-se – bem no sentido da teologia de Lutero – em concisão clássica no artigo 5 da Confissão de Augsburgo, diversas vezes mencionado: “Para conseguirmos essa fé (justificadora), instituiu Deus o ofício da pregação, dando-nos o evangelho e os sacramentos (...)” Contrariamente à aparência inicial – o uso da palavra “ofício da pregação” parece sugerir isso –, não se fala que apenas do ministério vinculado à ordenação, o ministério pastoral; desse se fala, num ponto já mais distanciado, no artigo 14, o qual registra “que sem chamado regular ninguém deve publicamente ensinar ou pregar ou administrar os sacramentos na igreja”. O artigo 5 não fala especificamente do ministério pastoral, mas bem basicamente do *ministerium (...) evangelii*, isto é, do ministério da palavra, como ele foi confiado a todo batizado, de acordo com 1 Pe 2.9s, todo batizado está autorizado e tem o dever de proclamar o ato de libertação de Deus acontecido em Jesus Cristo. A palavra não depende do ministério, mas o ministério depende da palavra vocacionadora – assim como todos os ministérios na igreja dependem da palavra vocacionadora. A palavra já é o fundamento da criação; ela também é o fundamento da nova criação, da comunidade dos santos. Portanto a palavra nunca é posse da igreja ou de alguma forma integrada nela ou subordinada a ela; ela é, antes, o fundamento da igreja.

Lutero faz um julgamento acerca do papel dos sacerdotes e leigos, defendendo que não existe diferença entre as ordens temporais e espirituais, de modo que sacerdotes e leigos seriam iguais e os sacerdotes seriam apenas funcionários da sociedade cristã, responsáveis pela educação espiritual de pequenos grupos sob sua jurisdição. Não caberia somente ao clero decidir o rumo da igreja, mas a toda a comunidade, sem privilégios ou hierarquia, devido à posição espiritual ocupada por seus integrantes. Essa postura de Lutero mostrou um confronto claro e direto ao papa, aos bispos e a toda a hierarquia da Igreja Católica.

Afirma Lutero (2017, p. 91):

Os romanistas, com grande destreza, edificaram três muros ao redor deles, com os quais têm se defendido de modo que ninguém tenha conseguido reformá-los. Isso tem sido a causa da terrível queda de toda a cristandade. Em primeiro lugar, quando pressionados pelo poder secular, estabeleceram decretos e afirmaram que o poder secular não tem jurisdição alguma sobre eles; pelo contrário, o poder espiritual está acima do poder secular.

Continua Lutero (2017, p. 92-93) em *À Nobreza Cristã da Nação Alemã Acerca da Reforma do Estado Cristão*:

É pura invenção que o papa, os bispos, padres e monges devam ser chamados de “classe espiritual”; príncipes, senhores, artesãos e camponeses de “classe secular”. Isso é, de fato, uma invenção e um engano muito sutil. Ainda assim, ninguém deve ser intimidado por isso; e por este motivo: na verdade, todos os cristãos são a “classe espiritual”, e não há entre eles diferença alguma, a não ser a ocupação que possuem, como Paulo afirma em 1 Coríntios 12.12: somos todos um único corpo, ainda que cada membro tenha seu próprio trabalho, por meio do qual serve os outros. Como consequência, temos um batismo, um evangelho, uma fé e somos cristãos da mesma classe; pois o batismo, o evangelho e a fé, e só eles nos tornam “espirituais” e um povo cristão. Entretanto, que o papa ou um bispo unge, tonsura, ordena, consagra e se veste de modo distinto dos leigos, isso pode gerar hipócritas e ídolos, porém jamais gera um cristão, ou uma pessoa “espiritual”. Portanto, por meio do batismo todos somos consagrados como sacerdotes, como Pedro afirma em 1 Pedro 2.9; “vós sois geração eleita e sacerdócio real”, e o livro de apocalipse: “por meio do teu sangue nos constituístes sacerdotes e reis” (Ap 5.10). Assim, se não houvesse uma consagração superior concedida pelo papa ou pelos bispos, essa consagração por eles jamais tornaria alguém padre, nem autorizaria alguém a celebrar missa, pregar um sermão ou conceder absolvição. [...] Para tornar isso mais claro: se um pequeno grupo de cristãos leigos e piedosos fosse capturado e colocado em um deserto e não tivesse entre eles padre algum consagrado por um bispo, e ali no deserto eles concordassem em escolher um deles, casado ou solteiro e o encarregassem do ofício de batizar, celebrar a missa, absolver e pregar, tal homem seria de fato padre como se todos os bispos e padres o tivessem consagrado. [...] Foi dessa maneira, mencionada anteriormente, que os cristãos no passado escolheram entre eles bispos e padres, que eram depois confirmados por outros bispos, sem todas as cerimônias atuais. Foi assim que Santo Agostinho, Ambrósio e Cipriano se tornaram bispos.

Lutero rompe com a hierarquia e sugere que essa hierarquia não só é desnecessária, como é também uma “invenção” da Igreja Católica Romana, que dividiria a humanidade em duas classes e colocaria em superioridade a “classe espiritual”, formada pelos monges, padres, bispos e o Papa. Para Lutero, todos são clero, todos são sacerdotes. O ministério não é mais um estado, mas um ofício de um dos membros da comunidade.

Diz Dreher (2017, p. 142-143):

O primeiro desses muros é a “invenção”, a diferença entre estamento espiritual e estamento temporal, distinguindo entre papa, sacerdotes, gente dos mosteiros, de um lado, e príncipes, senhores, artesãos e agricultores, do outro. Que ninguém se deixe “intimidar” por tal diferenciação, pois “todos os cristãos são verdadeiramente do estamento espiritual, e não há qualquer diferença entre eles a não ser a força do ofício, conforme Paulo diz em 1 Coríntios 12.12ss: “Todos somos um corpo, porém cada membro tem sua própria função com a qual serve os outros”.

O espiritual só tem um “ministério”. Através do batismo somos todos espirituais, chamados e ordenados ao sacerdócio: “Pois quem saiu do

batismo pode gloriar-se de já estar ordenado sacerdote, bispo e papa, se bem que não convém a cada um exercer esse ofício”. O sacerdote só é sacerdote enquanto exerce seu ministério. Quando for demitido, é camponês ou burguês como os demais, pois o caráter indelével do sacerdote é invenção. Um sapateiro, um ferreiro, um lavrador, cada um tem um ofício e a ocupação próprios de seu trabalho [...] e cada qual deve ser útil e prestativo aos outros com seu ofício e ocupação.” Assim surge uma comunidade na qual os membros do corpo servem uns aos outros.

Dessa maneira, nenhum cristão precisa de mediadores humanos. Pode-se chegar a Deus livremente. Afinal, todo crente tem acesso direto a Deus e o ministério eclesiástico não pode ser uma instituição, mas deve caminhar junto à congregação e à comunidade sacerdotal, diferenciado somente pela função exercida, não havendo, assim, um caráter especial com propriedades salvíficas devido à posição sacerdotal. Afinal, sacerdotes são todos os membros da comunidade.

CONCLUSÃO

A hierarquia da Igreja Católica já estava estabelecida e consolidada desde seu reconhecimento como religião oficial do Império Romano, com pouquíssimas alterações, mas sempre com o topo ocupado pelo Papa e bispos e a base, pelos leigos. Cabia ao clero administrar os sacramentos e o ensino religioso e espiritual, enquanto os leigos deveriam procurar seu trabalho no mundo, no ambiente profano e inferior ao sagrado. Essa diferenciação entre clero e leigos foi aceita como divinamente estabelecida e assim perdurou por séculos. Não havia motivo aparente ou estímulo algum para que os leigos questionassem sua posição na Igreja, sobretudo pelo conforto que o zelo do clero proporcionava às suas almas. Ser cristão era pertencer a algo maior do que a “cidade dos homens”.

Os conceitos de purgatório e indulgência estavam muito bem fundamentados e ainda permanecem na Igreja Católica Apostólica Romana, com seu aspecto salvífico muito bem fundamentado. Porém, havia claramente exageros cometidos por nobres e religiosos que incomodaram o jovem Lutero e o fizeram, generalizando esse comportamento, menosprezar até o sacerdócio ministerial.

Esses exageros vistos por Lutero, principalmente em relação às indulgências, o levaram a propor mudanças que, segundo ele, visavam a combater as “superstições” incluídas pelos homens ao longo dos séculos. Em sua obra *À Nobreza Cristã da Nação Alemã Acerca da Reforma do Estado Cristão*, propôs que não existia essa divisão entre as classes clericais e o laicato e que não necessariamente cabia ao clero a responsabilidade espiritual e ao leigo, o ambiente profano, o que acabaria com a função do presbítero de zelar pela espiritualidade de seu povo. Não admitia que se reservasse um caráter sagrado ao clero ou uma superioridade em relação aos leigos, rejeitando a hierarquia católica e a primazia papal. O sacerdócio universal de todo o crente propôs a primazia desse, dando-lhe o papel de sacerdote, responsável pela Palavra de Deus e protagonista na Igreja, o que nunca havia sido imaginado pela Igreja Católica.

Caberia a todo batizado o papel de sacerdote e portador da palavra, dando ao laicato uma responsabilidade, nunca antes, pensada pelo clero ou pelo povo. O papel de ministro da Palavra (educação religiosa, pregação e administração dos sacramentos) ficaria delegada a um membro da comunidade preparado especialmente para isso. Mas seria somente uma função de um dos elementos da comunidade e, não, uma classe especial, dotada de um caráter sagrado.

Assim, o papel de pregar e divulgar a palavra sairia das mãos de umas poucas pessoas, que, segundo Lutero, seriam privilegiadas, e seria dividido por todo o povo de Deus, testemunha do Senhor e porta voz da palavra de Jesus Cristo. Dispensa-se a hierarquia e eleva-se o santo sacerdócio de todo crente iluminado pelo poder do Espírito Santo.

Cinco séculos mais tarde, com o fiel leigo ocupando papéis mais atuantes na evangelização, a Igreja Católica virá a repensar o protagonismo do fiel leigo e o assunto será tratado no Concílio Vaticano II, principalmente em dois documentos: Constituição Dogmática *Lumen Gentium* e Decreto *Apostolicam Actuositatem* sobre o apostolado dos leigos. Todo católico é, pelo batismo, sacerdote e o papel dos fiéis leigos passará a ser valorizado e tido como fundamental na sociedade civil, mantendo-se ainda íntegra a Igreja, como Corpo de Cristo, com sacerdotes e leigos como membros, atuando cada qual com sua função, para a edificação do Corpo e pelo bem da Igreja. Tal compreensão pela Igreja Católica Apostólica Romana e sua aceitação pós-Concílio, bem como a adaptação das propostas de Lutero durante a evolução social dos últimos séculos pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana convergiram para uma ideia muito próxima a respeito do papel do sacerdócio ministerial e do sacerdócio comum. Essa convergência das ideias a respeito do sacerdócio veio a aproximar católicos e luteranos para o bem do Corpo de Cristo.

BIBLIOGRAFIA

- BARRET, M. *Teologia da Reforma*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017.
- BAYER, O. *A Teologia de Martin Lutero: uma atualização*. São Leopoldo: Sinodal, 2007.
- DAWSON, C. *O Divisão da Cristandade: da Reforma Protestante à Era do Iluminismo*. São Paulo: Realizações Editora, Livraria e Distribuidora Ltda., 2014.
- DREHER, M. *De Luder a Lutero: uma Biografia*, São Leopoldo: Editora Sinodal, 2017.
- HUBERT, J. *Manual de Historia de La Iglesia*. Barcelona: Editorial Herder, 1972. vol. V.
- KAUFMANN, T.; KONJE, R.; MOELLER, B.; WOLF, H. (Orgs.). *História Ecumênica da Igreja*. São Paulo: Loyola/Paulus/Sinodal, 2014.
- LE GOFF, J. *A Civilização do Ocidente Medieval*. Petrópolis: Vozes, 2016.
- _____. *O Nascimento do Purgatório*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- LINDBERG, C. *História da Reforma*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017.
- LUTERO, M. *Martinho Lutero: uma coletânea de escritos*. São Paulo: Vida Nova, 2017.
- MARTINA, G. *História da Igreja de Lutero a Nossos Dias, I - O Período da Reforma*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

ZAGHENI, G. *A Idade Moderna: curso de História da Igreja III*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2011.